

# **PARTICIPAÇÃO SOCIAL, MEDIAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO DE UM PROJETO COMUNITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS<sup>1</sup>**

Matheus Sant'Ana Vieira<sup>2</sup>

**Resumo:** Pretendeu-se com esta pesquisa caracterizar a participação social como mediadora no processo de constituição de pessoas. Para tanto, identificou-se os aspectos mediadores que conduzem à participação social e os sentidos atribuídos pelos participantes da pesquisa ao processo de tornar-se partícipe. Adotaram-se procedimentos metodológicos de caráter qualitativo, fundamentados na epistemologia construcionista das práticas de produção de sentido no cotidiano. Realizou-se entrevistas com duas pessoas que participam de um projeto comunitário na Grande Florianópolis, tendo sido os seus discursos interpretados a partir da adaptação do mapa de associação de ideias proposto por Mary Jane Spink (2013). No processo de análise, os discursos dos entrevistados foram organizados em categorias interpretativas, articuladas com os objetivos da pesquisa, bem como, com referencial teórico adotado. Evidenciaram-se mediações estabelecidas nas relações com a comunidade e, por meio destas mediações, pode-se identificar os sentidos atribuídos à participação social pelas pessoas entrevistadas. Constataram-se diferenças e semelhanças no processo de participação social das pessoas participantes da pesquisa. As semelhanças foram observadas em face dos significados das atividades comunitárias, por outro lado, as diferenças dizem respeito a produção de sentidos atribuídos ao processo participação social, destacando a dimensão subjetiva do fenômeno estudado. Por fim, pode-se observar que os sentidos configuram-se como mediações para o processo de participação social, sendo assim, os sentidos podem potencializar ou inviabilizar a constituição de pessoas partícipes. No caso das pessoas entrevistadas, os sentidos constituíram-se como mediações que potencializaram a participação social.

**Palavras-chave:** Participação; Mediação; Produção de Sentidos; Subjetividade

## **1. INTRODUÇÃO**

A participação social é um fenômeno de interesse para diversas áreas das ciências (NEPOMUCENO et al. 2013). A presente pesquisa visa a construção do conhecimento científico, sobre este fenômeno, a partir do campo da Psicologia. Deste modo, a participação social será compreendida como processo psicossocial, constituído “a partir das interações de pessoas entre si e com o mundo, das relações sociais construídas, histórica e culturalmente,

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de psicólogo. Orientador: Profa. Ana Maria Pereira Lopes, Dra. e Profa. Deise Maria do Nascimento, Dra.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, vieiramatheuss@gmail.com.

em um contexto comunitário” (NEPOMUCENO et al. 2013, p. 48). Dar-se-á ênfase à participação social no contexto de um projeto comunitário, tendo em vista que a participação comunitária é um tipo de participação social, um processo dialógico e de conscientização compreendido dentro do âmbito comunitário. (NEPOMUCENO 2009). Outros tipos de participação social podem ser observados no âmbito de organizações não governamentais e dos serviços institucionais.

Participar socialmente implica em um posicionamento da pessoa em face das condições e situações históricas e sociais. Ou seja, a pessoa posiciona-se a fim de participar das atividades socialmente significativas para sua comunidade, à medida que as condições históricas e sociais lhe afetam material e existencialmente (GOÍIS, 2005). Nesse sentido, a participação social em contextos comunitários pode ser definida enquanto ação, “uma atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado e sentido que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores” (GOÍIS, 2008, p.92).

Nesta perspectiva, a comunidade integra a relação entre as pessoas à medida que estabelecem vínculos afetivos e compartilham de problemáticas e desafios, participam na construção da vida individual e coletiva (GUARESCHI, 1996; SAWAIA, 1996; XIMENES et. al. 2008). A comunidade, nesta concepção, “rompe com a dicotomia clássica entre coletividade – ser humano genérico e ser humano particular, apresentando-se como espaço privilegiado da passagem da universalidade ética humana à singularidade do gozo individual e vice-versa” (SAWAIA, 1996 p.48). De acordo com Sawaia (1994, p. 155), passa-se pelas necessidades coletivas, objetivadas na vida cotidiana, coloca-se em evidência o princípio fundamental da cidadania na sociedade contemporânea, “que é o direito e viver a própria vida, ser único e diferente dos demais, enquanto igual a todos”. Portanto, o espaço comunitário constitui-se como “*locus* privilegiado de interação e de surgimento do psiquismo” (VIEIRA e XIMENES, 2012, p. 95).

Em vista da interface entre os conceitos de participação social e comunidade, questiona-se: como a participação social em contextos comunitários é mediação para a constituição de pessoas? A fim de responder a pergunta em destaque, se estabeleceu três objetivos, um geral e dois específicos, os quais serão guias ao longo da presente pesquisa. O objetivo geral visa caracterizar a participação social em contextos comunitários como mediadora no processo de constituição de pessoas. Os dois objetivos específicos têm como

foco identificar, primeiramente, as mediações que conduzem a participação social, enquanto, o segundo, os sentidos atribuídos a participação social pelos participantes da pesquisa.

Sem perder de vista os objetivos propostos, os esforços analíticos têm foco na participação social por meio do associativismo local, primeiro nível de organização da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006). Neste sentido, pode-se compreender que a “sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores de cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.110). O associativismo local pode ser representado pelas associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais e culturais do cotidiano. Configuram-se como forças locais (comunitárias) da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2006).

Neste contexto, torna-se necessário a diferenciação da participação social do associativismo local, sem, no entanto, negar a relação dialética existente entre ambos (NEPOMUCENO et al. 2013). Participação social diz respeito à esfera pública da pessoa, refere-se à ação e conduta pessoal dirigida à atividade coletiva, perspectiva solidária visando a superação dos problemas relativos à humanidade. Ou seja, é uma condição intrínseca à atividade social das pessoas em favor de si próprio e da sua comunidade/coletividade (GOÍS, 2008). O associativismo local, uma forma de mobilização social (SCHERER-WARREN, 2006; GOHN, 2010), encontra-se na esfera política da coletividade, o coletivo assume lugar de controle das atividades a fim de garantir, politicamente, o controle social. Diz respeito à potência de ação do próprio ator coletivo, a comunidade (GOÍS, 2008).

Nesta perspectiva, busca-se destacar, como pontua Sawaia (1997), a pessoa como ator social, tendo em vista que o singular fora ocultado por uma barreira imposta pelas organizações coletivas. O homem como ator social singular foi excluído de toda existência que não se configurasse como coletiva, os únicos atores em cena estariam organizados em classes, categorias e setores. Scherer-Warren (2003) conclui que a categoria de ator social substitui a concepção homogênea de “sujeito único” das classes sociais, podendo-se pensar em transformações nos âmbitos culturais e políticos a partir do cotidiano dos atores envolvidos. Neste sentido, pode-se atribuir a Psicologia um importante papel “como mediadora, problematizando as situações cotidianas, as formas de organização, as relações entre o singular e o coletivo”, com o objetivo de superar a noção de homem como sujeito

único, ao enfatizar a condição subjetiva que envolve os processos participativos (GROFF, MAHEIRIE e PRIM, 2009, p.116).

A participação social nos contextos comunitários, não é motivada apenas por uma orientação economicista, seguindo a lógica calculista dos custos e benefícios da ação. Ou seja, a participação social aqui estudada, diferencia-se das primeiras formas de mobilização social, as quais tinham como objetivo romper com a condição de exploração econômica e de dominação política-ideológica do capital sobre o trabalho, expressa no modelo de produção capitalista (ALEXANDER, 1998).

Assim, busca-se, também a solidariedade e o reconhecimento, que, diferentemente de outros bens, não pode ser reduzido à esfera econômica (ALONSO, 1994). Sendo assim, os conflitos sociais que orientam a participação social, “saem do tradicional sistema econômico-industrial para áreas culturais” (ALONSO, 1994, p.82). Portanto, as dimensões subjetivas, afetivas e culturais tornam-se indissociáveis na compreensão da participação social na contemporaneidade (JESUS, 2012).

Também, tem-se como foco a participação social em contextos comunitários enquanto criação de espaços livres, sem projetos fixos e pré-determinados de orientação da intimidade e das necessidades de cada pessoa, permitindo a “democratização da vida íntima, a partir de ações na esfera pública” (SAWAIA, 1997 p. 153). Desta forma, a participação social nestes contextos possibilita a construção de espaços comunicativos entre os pares, com uma relação mais evidente nas necessidades e emoções vividas de forma particular e compartilhadas. Considerada assim, a participação social se trata de um processo de identificação junto a outros sujeitos que “desperta a capacidade de sentir suas próprias carências e desenvolver a potência de ação em direção à emancipação cotidiana singular e coletiva” (SAWAIA, 1997, p.153).

Na perspectiva científica, frente à temática em destaque, foi realizado uma busca nas bases de dados *Scielo* e *Pepisc* entre os anos de 2013 e 2015. A partir desta busca, destaca-se os artigos de Salvaro, Dimas e Felipe (2014), que apresentam uma reflexão sobre gênero e subjetividade, a partir da participação de social de mulheres em cooperativas rurais “virtuais” localizadas em municípios da Região Sul de Santa Catarina. Segundo estes autores, foi possível verificar que a participação social de mulheres em cooperativas possibilitou benefícios não apenas no âmbito financeiro, por meio da comercialização dos produtos, mas também reconhecimento social e subjetivo. Em um outro estudo, Salvaro, De Souza Lago, Wolff, (2014) ressaltam a importância da organização de um movimento social rural de

mulheres no estado de Santa Catarina na produção de lutas de gênero e classe. Os resultados desta pesquisa indicam que “em contextos rurais e de uma militância política, a interface juventude e velhice se mostra no/pelo êxodo rural juvenil e envelhecimento da população rural, o que pode comprometer a renovação de quadros de militância no próprio movimento social” (p.65).

Ainda sobre a perspectiva científica, em outra proposta de pesquisa, Pertesen e colaboradores (2014) investigam a produção de identidades no contexto autogestionário de uma cooperativa comunitária na cidade de Joinville - SC, visando as relações entre a inserção nesse contexto e a construção da identidade de cidadão. Por meio da identificação dos sentidos atribuídos à cidadania, foram levantados indícios da influência da inserção em uma cooperativa sobre a construção da cidadania enquanto constituinte da identidade dos cooperados. Nas análises apresentadas, observa-se que a inserção na cooperativa propiciou a participação social em espaços de luta política, possibilitando o aprofundamento do vínculo junto à comunidade. Os autores concluem que a construção da cidadania pressupõe a existência de espaços que viabilizem e legitimem a construção de vínculos afetivos entre seus semelhantes, onde as pessoas possam sentir-se, ao mesmo tempo, autoras e protagonistas de sua própria história singular e coletiva.

Estudar a participação social e o processo de constituição de pessoas envolve compreender a pessoa partícipe, “como histórica e socialmente constituída, ou seja, o social enquanto resultante da atividade de homens concretos que, por intermédio dessas atividades se objetivam e subjetivam” (ZANELLA, LESSA E DA ROS, 2002 p.213). Destaca-se a noção de constituição mútua no processo de subjetivação das pessoas, ou seja, a pessoa enquanto partícipe cria e modifica a realidade na qual participa, e ao fazê-la, é também transformada (MONTERO, 1996). Neste contexto, salienta-se a influência da obra de Vigotsky (2001) ao apresentar a categoria de mediação como possibilidade de transformação social, enfatizando o caráter político que envolve a participação social.

Assim, considera-se a mediação um processo, ou seja, por meio da “intervenção de um elemento intermediário numa relação; essa relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 2002, p. 26). Desta forma, Vigotsky (2001) destaca que, o processo de mediação desenvolve-se por meio de instrumentos e signos, fundamentais segundo o autor, para o desenvolvimentos das funções psicológicas superiores, as quais distinguem os homens dos outros animais. A mediação, neste sentido, é um processo essencial para a constituição de pessoa, a medida que torna possível as atividades psicológicas

voluntárias, intencionais controladas pela própria pessoa” (OLIVEIRA, 2002, p.33). Portanto, direciona-se a análise justamente na interação singular-coletivo, em face das mediações e do processo de produção de sentido na vida cotidiana. Nesta perspectiva, Spink (2013, p. 23) apresenta a produção de sentido como “um processo essencialmente intersubjetivo”, é um esforço da pessoa em posicionar-se no mundo, reconhecer-se e ser reconhecido diante dos discursos estabelecidos nas práticas sociais.

A ideia de estudar sobre a participação social leva a considerar “que a produção de sentido é sempre concomitantemente uma produção discursiva de pessoas em interação” (SPINK, 2013, p.36). Sendo assim, compreende-se que ao focalizar as práticas discursivas da participação social em contextos comunitários depara-se também com a processualidade das construções subjetivas de cada participante (SPINK, 2013). Neste sentido, ao destacar os aspectos subjetivos envolvidos no processo de produção de sentido, visa-se superar as concepções reducionistas de ciência. Ou seja, busca-se superar as dicotomias entre indivíduo-sociedade, singular-coletivo, público-privado, razão-emoção (GOMES, 2008), por meio da promoção de conhecimento a partir de uma perspectiva crítica. Com relação a perspectiva crítica, De Jesus (2012, p. 181) afirma que “busca-se conhecer e descrever fidedignamente qualquer realidade social, sem abrir mão da autonomia de pensamento”.

Portanto, com Maheirie (1997, p.171) conclui-se que “deve-se trabalhar no modo como as singularidades (individuais e grupais) reproduzem e superam a alienação” nos diferentes contextos de vida. Deste modo, ressalta-se exigência de reflexão do momento político atual, a fim de compreender as diferentes formas e expressões da participação social enquanto possibilidade de emancipação cotidiana (MESQUITA E OLIVEIRA, 2013).

## **2. MÉTODO**

Na pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, fundamentada na epistemologia construcionista proposta por Spink (2013). Para a autora, a pesquisa construcionista foca suas investigações na explicação dos processos “pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou contabilizam o mundo no qual vivem, incluindo a si mesmas” (GERGEN, 1985 p.266 apud. SPINK, 2013, p.9). Para o construcionismo, a linguagem caracteriza-se como aspecto central nos processos de objetivação e subjetivação constituintes das relações base na sociedade. Sendo assim, Spink (2013, p.20) destaca que “as práticas discursivas, constituem o foco central de análise na abordagem construcionista”, pois envolvem uma multiplicidade de produções sociais (ações,

seleções, escolhas, linguagens, contextos), das quais são expressões para entender a produção de sentido no cotidiano (SPINK, 2013).

No que tange a caracterização dos objetivos, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo. Do ponto de vista exploratório buscar-se-á “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002 p.41). O caráter descritivo deste estudo implica em descrever as relações entre variáveis que constituem a pessoa (GIL, 2002 p. 42). Quanto ao delineamento, trata-se de um estudo de caso, pois permite um estudo profundo e exaustivo de um grupo ou poucas pessoas, permitindo, assim, maior amplitude e detalhamento no processo de produção de conhecimento (GIL, 2002).

A técnica de coleta de dados foi norteada pela abordagem teórico-metodológica em perspectiva. Neste sentido, a entrevista, instrumento de coleta de dados utilizado, pode ser considerada uma prática discursiva, entendida como “ação (interação) situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constróem versões da realidade” (PINHEIRO, 2013, p. 159). Utilizou-se a modalidade de entrevistas semi-estruturadas, permitindo ao entrevistador maior flexibilidade, a medida em que se pode alterar a ordem das perguntas e se ter liberdade para fazer intervenções, conforme o andamento da entrevista (BLEGER, 1993).

Foram entrevistadas duas pessoas<sup>3</sup> de um mesmo projeto comunitário na Grande Florianópolis. Sobre as pessoas entrevistadas, o projeto comunitário e a comunidade em que estes estão inseridos, destaca-se que estas se relacionam ao Bairro Monte Cristo localizado às margens da “Via Expressa” (trecho da BR 282, principal ligação entre a BR 101 e as pontes que dão acesso à Ilha de Santa Catarina), área identificada como uma das três principais concentrações de favelas da Grande Florianópolis (CANELLA, 2013). A Comunidade Chico Mendes é uma das nove que formam o bairro Monte Cristo, “caracterizando-se por ser um local ocupado em sua origem por pessoas em sua, maioria oriundas, do Planalto Serrano, da Região Oeste e de cidades do interior do Estado de Santa Catarina” (ALVES, 2009, s/p).

Neste contexto, Miranda (2001) reconhece que o processo de êxodo rural e favelização nas comunidades incidiram em sérios problemas, como a desqualificação profissional, o desemprego, o baixo índice de escolaridade, a desnutrição, a desestruturação familiar, a violência e a degradação ambiental. Sendo assim, Abreu (2013, p.61) destaca que “a Comunidade Chico Mendes é identificada exclusivamente pelo empobrecimento, rotulada como violenta e perigosa, pela

---

<sup>3</sup> Ao longo do texto, usar-se-á a palavra ‘pessoa’ para identificar as participantes da pesquisa, neste sentido, não será feita distinção de gênero. Assim, deve-se considerar ‘as entrevistadas’ a fim de garantir a coerência com a palavra ‘pessoa’. Sobre o uso do termo ‘pessoa’ ver Spink (2013).

veiculação de notícias impactantes nos meios de comunicação”. Portanto, no processo de construção das cidades, em especial das metrópoles, a inserção ou exclusão dos moradores das periferias marcam as lutas pela conquista da cidadania. Contradições políticas e sociais demarcam a problemática da urbanização no processo de construção das metrópoles. Em face da precariedade das respostas do poder público, a demanda por serviços de consumo coletivo aumentam, levando ao crescimento, em escalas cada vez maiores, das carências urbanas daqueles que vivem nas periferias (ALONSO, 1994). Contudo, Lima (2003) destaca a insistência dos moradores das periferias em afirmar a sua história e a da própria comunidade mediante processos de resistência às exclusões sociais, por meio do trabalho e da solidariedade.

Neste contexto eclodiu a “Revolução dos Baldinhos”, projeto comunitário desenvolvido em resposta a uma crise de infestação de ratos, que causou uma epidemia de leptospirose na comunidade. Nos últimos sete anos a “Revolução dos Baldinhos” tornou-se responsável pela reciclagem mensal de cerca de 14 toneladas de resíduos orgânicos, oriundos de duzentas residências e nove instituições de ensino locais.

No que se refere ao processo participativo, cada família participante deposita seus restos de comida em um tambor de plástico com tampa (bombona), alocados em pontos estratégicos da comunidade. Duas vezes por semana, essas bombonas são coletadas e o material é depositado em uma composteira, manejada por uma equipe comunitária. Após alguns meses, o composto orgânico resultante é recolhido e doado para as escolas e moradores do bairro. Estes, em seus quintais cultivam plantas medicinais, temperos, chás e alguns legumes, o que já faz parte do cotidiano dos moradores. (CEPAGRO<sup>4</sup>, 2013) Em face das atividades realizadas pela “Revolução dos Baldinhos”, CEPAGRO (2013) afirma que, o projeto revolucionou outros aspectos da comunidade Chico Mendes, além de proporcionar solução para um problema sanitário e ambiental, a iniciativa revolucionou a imagem da comunidade, comumente associada somente ao tráfico de drogas e à criminalidade.

Sobre as pessoas envolvidas no projeto e entrevistadas nessa pesquisa tem-se: a entrevistada X tem trinta e um anos, participa do projeto Revolução do Baldinhos há três, é natural de Tubarão, Santa Catarina, mudou-se para Florianópolis há vinte e cinco anos, estabelecendo moradia na comunidade Chico Mendes, está casada há doze anos e atualmente mora com sua esposa e seus dois filhos; X tem vínculo empregatício com a “Revolução dos Baldinhos”, seu expediente é no período

---

<sup>4</sup> O CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo) “é uma ONG que existe desde 1990 e desenvolve atividades de agricultura de grupo voltado para a agroecologia em comunidades rurais e urbanas no estado de Santa Catarina” (ABREU, 2012, p. 25).

matutino, pelos trabalhos prestados X recebe um salário mínimo. Contudo, a entrevistada X mantém com a cunhada um comércio de “salgadinhos” no período vespertino, sua renda é de um salário mínimo, mais o que recebe com as vendas dos “salgadinhos”. Quanto à sua escolaridade, X estudou até a quinta série.

A outra pessoa entrevistada, Y, tem 33 anos, está na comunidade há dezessete, atualmente está morando com sua ex-sogra; Y participou do projeto “Revolução dos Baldinhos” durante cinco anos, afastou-se por algum tempo e retornou ao projeto há um ano. Sobre sua escolaridade, Y possui segundo grau completo; Y não tem outra ocupação, trabalha, apenas, no projeto “Revolução dos Baldinhos” e mantém vínculo empregatício com este, sua renda é de um salário mínimo.

Para o acesso às pessoas participantes, inicialmente, foi realizado um contato via telefone com uma pessoa que apresentou o pesquisador ao projeto comunitário “Revolução dos Baldinhos”. Posteriormente, a presidenta do movimento social comunitário indicou ao pesquisador os integrantes com mais de um ano de participação no projeto. O tempo de participação no projeto comunitário foi critério de seleção para compreender como a participação social é mediação para a constituição de pessoas. Finalmente, foi apresentada a proposta de pesquisa e realizado um convite às pessoas indicadas, sendo que X e Y aceitaram participar da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e levaram em média uma hora e dez minutos, foram previamente agendadas com cada participante e realizadas no espaço chamado “Galpão da Revolução dos Baldinhos”. Cabe ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Sul de Santa Catarina e foi aprovado, respeitando-se os preceitos éticos em pesquisa com seres humanos, com apreciação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Gravação de Voz.

A partir dos discursos produzidos pelas pessoas entrevistadas, como estratégia para sistematizar o processo de análise das práticas discursivas na produção de sentido, inspirou-se no mapa de associação de ideias proposto por Spink (2013). Esta estratégia de análise constitui-se como um instrumento de visualização, o qual “tem duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (SPINK 2013 p.83). Remete-se, contudo, que, a abordagem proposta por Spink (2013), ao debater “a prática discursiva na produção do conhecimento no cotidiano” discute a relação dialógica, o que não foi desenvolvida nesse trabalho. Aqui, a proposta do mapa de associação de ideias apresenta-se, apenas, como instrumento para a análise dos dados (SPINK e LIMA, 2013), assim, limitou-se a apresentar os repertórios produzidos nas entrevistas e não foi discutido a relação dialógica dos repertórios linguísticos, ou seja, apenas foram analisados os discursos decorrentes da fala do entrevistado no momento da entrevista.

A construção do instrumento para a análise dos dados iniciou-se pela definição de tópicos-temas, a fim de guiar o pesquisador nas entrevistas realizadas. A definição destes tópicos-temas foi articulada, sobretudo, com os objetivos da pesquisa e as dimensões teóricas referentes ao tema estudado. Cabe ressaltar que este instrumento não caracteriza-se sob a forma de técnicas fechadas, logo, entende-se que há um processo interativo entre análise dos conteúdos e elaboração das categorias. Deste modo, o próprio processo de análise levou a uma nova definição das categorias inicialmente propostas (SPINK, 2013).

Assim, após a transcrição das entrevistas, realizou-se a leitura dos conteúdos transcritos com o propósito de avaliar se os tópicos-temas articulavam-se com os discursos produzidos nas entrevistas. Após esta avaliação, foram definidas categorias interpretativas e definiu-se uma tabela de organização destas categorias. As perguntas foram alocadas em uma coluna, seguindo a sequência estabelecida no roteiro de entrevistas. Os diálogos entre entrevistador e entrevistado foram mantidos intactos, apenas os conteúdos das respostas do entrevistado foram deslocados para as colunas previamente definidas em função das categorias interpretativas. Foi criada uma coluna para o pesquisador pontuar suas interpretações referentes ao diálogo produzido em cada pergunta. Por fim, foi produzida uma tabela com as mesmas categorias interpretativas para cada entrevistado, ou seja, os discursos foram organizados separadamente.

P e r g u n t a	Entrada no Projeto Revolução dos Baldinhos	Sobre o Projeto Revolução dos Baldinhos	Importância da Revolução dos Baldinhos para a Comunidade	Importância da Revolução dos Baldinhos para a Pessoa Entrevistada	Aprendiza dos ao Participar da Revolução dos Baldinhos	Contribuições da Participação Social na Revolução dos Baldinhos para a Sociedade	I n t e r p r e t a ç õ e s
--------------------------------------	--	---	--	---	--	--	--

Fonte: Elaboração do autor, 2015.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 A identificação das medicações (e possíveis sentidos).

A análise parte do início do processo de participação social, neste caso, a entrada das entrevistadas no projeto Revolução dos Baldinhos. Ou seja, a fim de desenvolver o primeiro objetivo específico buscou-se aqueles elementos discursivos das participantes acerca de processos mediadores de seu pertencimento a um grupo social voltado a esse mesmo social. Para tanto, identifica-se no discurso das duas pessoas participantes da pesquisa, aspectos indicativos do início do pertencimento destas na atividade comunitária no contexto do projeto “Revolução dos Baldinhos”, sediado na comunidade Chico Mendes. Para cada um das pessoas entrevistadas, este início pode ser visto do seguinte modo:

Eu conheci a revolução dos baldinhos através de uma antiga agente comunitária”  
(Entrevistado Y).

Na minha entrada, foi o M. que estava na frente, que estava ajudando a turma aqui”  
(Entrevistado X).

A ação da Agente Comunitária de Saúde, funcionária do setor de atenção primária em saúde, para Y, e do representante do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), para X, configuraram-se como encontros com a possibilidade de participação, ou melhor, mediações em face da entrada dos entrevistados no projeto “Revolução dos Baldinhos”. Assim, a atividade desempenhada por lideranças e seus discursos promoveu um processo reflexivo nas pessoas entrevistadas, por meio da cooperação e do diálogo. Estas lideranças, no contexto da comunidade em destaque, traçaram objetivos, estabeleceram estratégias direcionadas para a participação das pessoas e da própria comunidade (ZANGELMI, 2011; VIEIRA E XIMENES, 2012). Contudo, cada pessoa entrevistadas relacionou-se de forma diferente diante da ação das lideranças. Para isso, localiza-se na dinâmica das relações, os momentos históricos e sociais em que essa ação ocorre para cada uma das entrevistadas, conforme indica Spink (2013).

[...]eu fui uma das primeiras cinco famílias que o projeto adotou e, com o passar do tempo me bateu uma curiosidade de, não, como família de saber o que que elas faziam com o resto de comida que elas retiravam lá da minha casa, porque elas passavam duas vezes por semana, mas, eu não sabia o que elas faziam com aquilo ali, um dia começou a aumentar o meu volume, daí eu assim: o que essas loucas devem fazer com o resto de comida né [...] (Entrevistada Y).

Neste contexto, compreende-se que o contato entre Y e a “Revolução dos Baldinhos”, mediado pela ação das agentes comunitárias, despertou na entrevistada certa curiosidade em

conhecer o que era feito com o lixo que saía de sua casa. Por outro lado, a entrevistada X começou a participar da Revolução dos Baldinhos, pois, faltavam pessoas para suprir a demanda de trabalho decorrente das atividades realizadas pelo projeto, conforme pode ser visto a seguir:

[...] eu cheguei aqui tinha só duas pessoas trabalhando, tinha só duas pessoas e essas duas pessoas estavam inteiramente cheias de serviços, assim. Aí eles conversaram comigo [...]. Aí depois daquele dia começamos a trabalhar, trabalhar e não ficou mais, mais, pesado pra outra pessoa que estava aqui [...] (Entrevistada X).

Embora X não explicita de forma clara aspectos singulares de sua entrada, infere-se que a entrevistada iniciou sua participação na “Revolução dos Baldinhos”, a fim de ajudar as pessoas que cooperavam com o projeto. O processo de participação social das duas pessoas entrevistadas não se constituiu de forma imediata, ou seja, participar socialmente, nesta situação, deverá ser compreendido enquanto processo constituído por meio de mediações. Deste modo, ao relacionarem-se com o mundo e a coletividade onde vivem, as duas pessoas entrevistadas foram construindo seu processo de participação social por meio de interações mediadas por diversas relações intra e interpessoais, logo, estas interações, processadas em cada uma das pessoas envolvidas, permitiu desencadear mobilizações coletivas e solidárias, ou seja, afetivas (VERONEZI et. al. 2005; BEZERRA et. al. 2006).

Depreende-se da análise das duas possibilidades de pessoas participando de um mesmo evento social, que na atividade comunitária, enquanto uma atividade humana, age uma “dupla mediação: técnica e a semiótica. Se a mediação técnica permite ao homem transformar a natureza da qual ele é parte integrante, é a mediação semiótica que lhe permite conferir a essa “forma nova” uma significação” (PINO, 2000, p. 55).

Para compreender a singularização da pessoa nas relações sociais que envolvem o processo de participação social, faz-se necessário introduzir uma distinção importante entre significado e sentido. Nesta perspectiva, pretende-se entender a tensão existente entre os significados universais e o sentido singular em face das atividades comunitárias no contexto do projeto “Revolução dos Baldinhos”. Posto isto, destaca-se que

[...] O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluída, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas um dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme” (PAULHAM, 1934 apud. VYGOTSKY, 2001, p. 465).

Portanto, a atividade comunitária consiste em um "processo interativo e coletivo pelo qual as pessoas constróem saberes e forjam-se subjetivamente, na mesma medida em que também deflagram rearranjos no entorno social em que vivem a fim de transformá-lo" (XIMENES E BARROS, 2009 p.73). A atividade comunitária constitui-se como mediação ao processo de tonar-se partícipe. Em decorrência desta condição mediadora, a atividade comunitária, também produz sentidos ao próprio processo de participação social (GOÍS, 2005). Ou seja, a atividade comunitária "impregnada pelo signo, sobretudo o verbal, transforma-se em sua estrutura e função e configura a especificidade do humano na filogênese e na ontogênese" (GOÉS e CRUZ, 2006, p.36).

### 3.2 A identificação de sentidos (e possíveis [novas] mediações)

Aqui, com mais dinâmica, as atividades comunitárias desenvolvidas no contexto do projeto "Revolução dos Baldinhos" tornam-se foco de análise, ao constituírem-se mais nitidamente como mediação ao processo participação social e, com isso, produtoras de sentido. Neste contexto, destaca-se a atividade comunitária a partir de três dimensões: educativa, política e subjetiva.

#### 3.2.1 A atividade comunitária e a dimensão educativa

Com relação a dimensão educativa, destaca-se a compostagem, atividade central executada pelo projeto "Revolução dos Baldinhos". Por meio da compostagem, realiza-se a reciclagem do material orgânico produzido pela própria comunidade e, como resultado desta atividade, pode-se controlar um surto de leptospirose ocorrido no bairro. A técnica de compostagem envolve toda a comunidade, uma vez que inicia-se por meio da separação do lixo pelas famílias participantes do projeto e finaliza-se com a produção do adubo orgânico, o qual é distribuído para as mesmas famílias a fim de incentivar o cultivo de plantas.

No contexto da comunidade, a participação do projeto "Revolução dos Baldinhos" e a atividade comunitária, a partir deste projeto, pode ser observada, inicialmente, em face das mudanças ocorridas no bairro. Essas mudanças são destacadas nos discursos das pessoas entrevistadas.

[...] Amenizar o que quer dizer, em vez de ter dois, aí a gente botando esses baldinhos, aí tem um, dois, tem né, mas teve um monte de gente que morreu de leptospirose e no momento que a gente colocou o baldinho na comunidade, não viu mais dizer, assim, que tem epidemia de rato na comunidade, não ouvi dizer mais que

morreu gente por coisa dessa mordida de rato, porque melhorou bastante (Entrevistada X).

[...] e a gente também vê as diferenças na rua né, a diferença da limpeza no bairro, que nem, por onde a revolução passa a gente percebe a limpeza, o lixo da gente não fica tão pesado, porque o pesado a gente tira e vai para a bombona [...] (Entrevistada Y).

Aí, então a gente tenta também trabalhar com as famílias fazendo em hotas e pneus, porque a gente não tem espaço, mas só tendo um cantinho para os pneus a gente já pode plantar salsinha, cebolinha, alface, rúcula, dá pra plantar várias coisas (Entrevistada X).

Neste contexto, a atividade comunitária desenvolvida no âmbito do “projeto Revolução dos Baldinhos” promoveu, em certa medida, uma ressignificação do que pode ser considerado lixo pela comunidade. Ou seja, aquele lixo que serviria de alimento para o rato, agora, transformou-se em adubo, sendo este, utilizado na produção de alimentos na comunidade e para o consumo da própria comunidade. Identifica-se no discurso de Y a possibilidade de pensar diretamente esse processo de ressignificação.

Pô, depois que eu fui lá e descobri a compostagem, pô eu comecei a ter outra visão do que é o lixo que a gente produz né, porque é a diferença que a gente faz quando sabe separa ele (Entrevistada Y).

Ainda sobre a comunidade, destaca-se que o compromisso do projeto e, das pessoas que participam da “Revolução dos Baldinhos”, está além da condição do controle da epidemia de leptospirose ocorrida no bairro. Esta condição pode ser observada no que tange ao trabalho desenvolvido junto aos jovens da comunidade.

[...] a gente vai poder levantar a autoestima de muitas pessoas daqui da comunidade, sendo que através do projeto a gente tá conseguindo fazer alguns trabalhos de, de [...] trabalhos comunitários que se diz assim de pessoas infratoras.

[...] todas as pessoas que passaram por aqui, eles não ficaram, eles não saíram daqui, eles não saíram do serviço pra voltar por mundo do crime, eles voltaram, eles saíram daqui pra serviço. Aí uma comparação, eles saíram daqui, mas já foram para um local de trabalho (Entrevistada Y).

Portanto, compreende-se que as atividades direcionadas à comunidade promovem encontros intersubjetivos que propiciam, na vida cotidiana, “mudanças para a aprendizagem do ser humano e formas de convivência no mundo com outros, vendo e sendo visto, ouvindo e sendo ouvido” (Figueiredo 1995 apud. Andrade e Morato, 2004 p. 352). Assim, entende-se que a atividade comunitária, no contexto do projeto “Revolução dos Baldinhos”, provocou junto às entrevistadas, bem como, com a própria comunidade, um processo educativo. Neste contexto, a condição educativa pode ser entendida como significado, pois é compartilhada por todos aqueles que participam do projeto “Revolução dos Baldinhos”, incluído a própria comunidade.

Essa condição também pode ser entendida enquanto sentido uma vez que é singularizado de diferentes formas por cada pessoa entrevistada, como pode ser visto nos discursos que seguem:

Oh, a revolução é como a gente fala né, revolução é revolucionar todo mundo né” (Entrevistada X).

[...] Então a gente percebe o diferencial até no hábito das pessoas que as vezes a gente não consegue conscientizar a família, mas através da criança a gente consegue fazer esse trabalho, porque é muito mais fácil a criança ir lá e cobrar o pai do que a gente que não tá ali presente na vida dele todo o dia, a gente conhece eles pessoalmente, mas “de vista”, dá um “bom dia”, mas geralmente que está com eles são as crianças, elas quem pode dar o exemplo e quanto mais forte a gente tá e tem esse contato com eles, mais fácil de fazer a revolução acontecer (Entrevistada Y).

O caráter educativo da atividade comunitária, para a entrevistada X, localiza-se na condição de “*revolucionar todo mundo*” (grifo nosso), enquanto que, para a entrevistada Y, o processo educativo desta atividade pode ser entendido por meio da palavra “*conscientizar*” (grifo nosso). Nesta perspectiva, em alguma medida para ambas as entrevistadas, as atividades comunitárias desenvolvidas pelo projeto Revolução dos Baldinhos constituem-se como práticas educativas visto que tornam a pessoa protagonista de sua história, um ser político, atuando a partir de um compromisso com a própria comunidade (GOHN, 2011).

### 3.2.2 A Atividade Comunitária e a Dimensão Política

Associado ao processo educativo, as atividades comunitárias no âmbito da comunidade Chico Mendes e do projeto “Revolução dos Baldinhos” tem por parte das entrevistadas, demonstração bem direta da dimensão política que atinge suas ações, uma vez que as atividades desenvolvidas pelas pessoas entrevistadas estão contextualizados em um processo de transformação social. O caráter político destas ações pode ser visto do seguinte modo:

Através da revolução a gente conseguiu abrir a porta dá, dá [...] comunidade pra pessoas que nem tu e que tão podendo fazer essa entrevista, podendo estudar um pouco mais esse assunto, porque o sonho de cada revolucionário que já passou por aqui e de plantar essa sementinha e essa sementinha se germine em todos os lugares do mundo [...] (Entrevistada Y).

O cunho político que envolve as atividades comunitárias pode ser entendido como um processo, pelo qual, as pessoas tornam-se agentes da transformação social. Neste sentido, a participação social promovida pelo projeto “Revolução dos Baldinhos” considera cada pessoa como potência de ação, ou seja, as pessoas constituem-se ativas em face dos problemas que cercam a comunidade, visando soluções para estes problemas, ou seja, a categoria de mediação proposta a partir da atividade comunitária constitui-se como possibilidade de

transformação social na contemporaneidade (ZANOLLA, 2012; MIRANDA et. al. 2009; SAWAIA, 1997). Desta forma, localiza-se o significado do caráter político das atividades comunitárias, aqui entendido, a partir da e na relação dialética entre compromisso dos participantes com a comunidade e o próprio compromisso da comunidade com o projeto Revolução dos Baldinhos. Esse compromisso pode ser visto no discurso da entrevistada Y.

Eu vejo os moradores perguntando, às vezes, quando o projeto tá mais devagar eles perguntam, bá, mas o projeto vai acabar? Precisa de um abaixo assinado. Então a gente vê que a gente tem o apoio da comunidade [...] (Entrevistada Y).

As atividades desenvolvidas pela “Revolução dos Baldinhos”, agora, localizando-se o direcionamento destas atividades, pode ser vista colocando as entrevistadas a verem um sentido voltado para um pertencimento à comunidade, como pode ser visto a seguir:

[...]porque, porque a gente pensando na comunidade[...] (Entrevistada X)  
[...] a gente vai pode tá abrindo as portas da comunidade e fazendo um bem pra comunidade. Então eu acho que assim, isso ai, assim é o mais gratificante pra mim.  
[...]. (Entrevistada Y).

Neste contexto, o cotidiano que envolve a comunidade Chico Mendes caracteriza-se como marco das relações intersubjetivas que envolvem as atividades comunitárias. É por meio do cotidiano e no cotidiano que ocorrem mudanças objetivas e subjetivas que dizem respeito ao processo de participação social. Assim, pode-se localizar no discurso da entrevistada Y as transformações vividas no cotidiano da comunidade.

[...] então, tipo, são pequenas coisas que a gente vê que fazem diferenças dentro da comunidade que talvez não mude o mundo, mas que façam uma diferença dentro do bairro, assim (Entrevistada Y).

A partir dos discursos apresentados pelas pessoas entrevistadas, infere-se que o projeto “Revolução dos Baldinhos” direciona suas ações para a comunidade e a própria comunidade legitima estas ações, visto que os moradores apoiam o projeto e preocupam-se com a possibilidade de termino deste, logo o projeto tem significado para a comunidade na qual faz parte. Todavia, a julgar a produção de sentido, pelas possibilidades advindas da atividade comunitária, a pessoa, “ao poder controlar o seu próprio comportamento, confere às funções superiores a tarefa de delegar a emancipação e potencial consciência, ampliando suas possibilidades subjetivas, que podem transformar a própria realidade” (ZANOLLA, 2012, p.8).

De uma outra forma, entende-se também que “a participação envolve a questão do conflito, uma vez que, na perspectiva da autogestão, forma democrática de participação, o que se objetiva é a conquista de uma maior participação em decisões importantes” (VIEIRA e

XIMENES, 2012). Considera-se que a comunidade não se constitui como uma unidade homogênea, ou seja, a participação envolve múltiplas pessoas que fazem parte desta comunidade, desta forma, pode-se observar que no próprio contexto do projeto “Revolução dos Baldinhos” a questão do conflito aparece, tendo em vista a implicação de diferentes pessoas participando (SAWAIA, 1994, MAHEIRIE, 1997). Esse aspecto é pontuado pela entrevistada Y no discurso que segue:

[...] É, mas, igual a todas as equipes a gente também tem nossas divergências, é, cada um tem seus problemas pessoais, mas acho que isso não chega a atingir no projeto, assim [...] (Entrevistada Y).

A perspectiva política no âmbito da comunidade, mostra-se como processo, indica a luta na comunidade e pela comunidade. Neste caso, a participação social a partir do projeto “Revolução dos Baldinhos”, envolveu conquistas, uma luta pela condição de tornar-se partícipe, tomou-se parte do atenção em saúde em face da comunidade, ou seja, ao gerir os resíduos orgânicos, colocou-se a própria comunidade e seus moradores como protagonista dos cuidados que dizem respeito a eles e ao lugar onde vivem (DEMO, 1988; AMMAN, 1978).

A condição processual, que é condição da política, relacionada à participação social nas atividades realizadas pelo projeto “Revolução dos Baldinhos”, é explicitada a partir do discurso da entrevistada Y.

[...] A gente tá bem feliz, porque num processo que um monte dizia que era formiguinha a gente tá sabendo que tá se tornando um formigueiro, e a gente se torna muito feliz assim né, eu pelo menos me sinto bem satisfeita de trabalhar no projeto, porque eu vejo os resultados [...] (Entrevistada Y).

A conquista, mencionada no parágrafo anterior, para a “Revolução dos Baldinhos”, pode ser entendida por meio do discurso também apresentado pela entrevistada Y.

É, então a gente tá montando uma associação né, como eu já havia comentado, que através dessa associação a gente que abrir vagas pra pessoas da comunidade pra tá aqui trabalhando e tá nesse mesmo movimento que a gente faz, de tá implantando e de tá incentivando a agricultura urbana, tá recebendo grupo de pessoas, de estudantes, seja de creche, escola, doutorado, mestrado, qualquer tipo de interesse que queria conhecer o projeto a gente abre as portas da comunidade, apesar de a nossa comunidade ser conhecida como uma comunidade muito violenta a gente não tem essa preocupação porque a gente consegue abrir as portas tanto daqui, quanto de lá para visitas [...] (Entrevistada Y).

Portanto, o fato de constituir uma associação é entendido como uma conquista, pois possibilita a ampliação das ações propostas pelo projeto. Neste ponto, faz-se necessário apresentar o devido destaque a um aspecto importante, as emoções, pois, talvez, a transcrição da entrevista, não exponha de maneira clara as emoções implicadas no discurso da

entrevistada ao falar sobre as conquistas do projeto “Revolução dos Baldinhos”, em especial ao fato de montar uma associação. Assim, pode-se concluir que são as emoções, associadas ao desejo e a necessidade que constituem a base afetiva-volitiva da nossa consciência e pensamento. Ou seja, o pensamento não nasce em si mesmo, o pensamento constitui-se a partir da esfera motivadora da nossa consciência, abarcando nossas vontades, necessidades, interesses, impulsos e, também, nossos afetos e emoções. Neste sentido, as emoções e os afetos envolvidos nas atividades comunitárias destacam um aspecto relevante ao processo de participação social, a motivação, pois é por meio da motivação que se deve buscar a explicação das ações e dos discursos singulares e coletivos (SAWAIA, 2012).

Desta maneira, não perde-se de vista as atividades comunitárias (e os afetos decorrentes desta atividade) que motivaram a percepção dos participantes em criar uma associação.

[...] participo de vários fóruns, porque quando a gente tá lá a gente começa a entender um pouquinho das leis, porque às vezes a gente tá dentro da comunidade e não tem essa visão, dentro da comunidade se fala em outra linguagem só que lá fora, tem línguas que se a gente não participa a gente acaba sendo isolado, como se a gente não tivesse direito, mas a gente tem os direitos, tá lá estudando isso também, podendo conhecer um pouco mais (Entrevistada Y).

A participação social, na situação descrita pela entrevistada, amplia a visão, representa um novo olhar para a comunidade e para a própria participação, ou seja, para a entrevistada, tornar-se partícipe significa “ter direito a sentir-se com o direito a ser ouvido e reconhecido como membro de uma comunidade”, podendo participar e criar espaços de reconhecimentos de direitos em face do bem comum (SAWAIA, 1994, p.155). É por meio da participação que a comunidade insere-se nos espaços das políticas públicas, cria novos olhares, questiona os lugares pré-determinados em uma sociedade excludente e, vislumbra-se a inclusão frente a essa mesma sociedade (SAWAIA, 1997). É por essa via analítica, sustentada na ideia de que a pessoa se constitui nas determinações sociais, mas como dimensão de resistência, destacando-se como potencialidade, vir-a-ser, mediado pelas atividades comunitárias. Deste modo, pode-se observar a dimensão de resistência a esse processo de exclusão-inclusão no discurso apresentado pelas pessoas entrevistadas.

[...] e através da revolução a gente passa essas informações para os moradores como a gente tem esse contato com a família, a gente acaba, tipo, levando informações pra eles, às vezes o posto de saúde não sabe que um morador tá doente, as vezes o morador não consegue ir até lá, mas a gente leva a visita domiciliar, porque a gente já conhece o morador pelo nome, então a gente consegue levar o posto até o morador

[...] então, tipo, várias ações acontecem dentro da comunidade e a partir do projeto a gente tem a opção de poder participar também desses espaços, porque as vezes um

morador ele acha que não tem o direito de ir lá e participar de umas reuniões, mas na verdade aquelas reuniões são aberta para que eles participem (Entrevistada Y).

Portanto, a participação social, “apresenta-se como liberdade criativa de cada um para criar múltiplas e diferentes estratégias de enfrentamento das práticas hegemônicas de inclusão pela exclusão, formas coletivas de luta pela autonomia de cada um, o que equivale a emancipação de todos” (SAWAIA, 1994, p.157). Os participantes são singularizações do gênero humano, neste ponto, as atividades comunitárias em seu contexto coletivo constituem-se como processo de singularização destes participantes (SAWAIA, 1997;1994).

### 3.2.3 A Atividade Comunitária e a Dimensão Subjetiva

Assim, na parte final desta seção, tentar-se-á destacar a dimensão subjetiva da participação social, sem perder de vista a relação dialética na qual o participante cria e modifica objetos ou fato em que participa e ao fazer, também é modificado (MONTERO, 1996). Ademais, busca-se identificar o sentido da ação a partir da perspectiva dos próprios protagonistas sociais, ou seja, das pessoas entrevistadas. (ALONSO, 1994; SAWAIA, 1997). Assim, o sentido da participação social, para cada pessoa entrevistada, pode ser visto atingindo um tipo de ápice, quando esta se coloca sobre seu processo de participação, se anunciando também como pessoa, e do seguinte modo:

É, eu sou conhecida como articuladora na comunidade, porque eu gosto de participar de um pouquinho de tudo, assim, é [...] (Entrevistada Y)  
[...] é bem, é bem, já é bastante coisa pra mim. Muito importante também, muito importante (Entrevistada X).

Neste contexto, observa-se que a entrevistada Y se reconhece e é reconhecida como articuladora da comunidade, pois, sua participação amplia-se para além do projeto “Revolução dos Baldinhos”. Y destaca que gosta de participar de diferentes projetos no direcionados à comunidade. Desta forma, a participação social no caso de Y é permeada pelo sentido que envolve a sua condição de articuladora na comunidade onde vive. Por outro lado, X destaca a relevância da participação social em sua vida, a medida que participar do projeto Revolução dos Baldinhos, tornou-se “*bastante coisa*” (sic) um fazer “*muito importante*” (sic).

Um fator que pouco apareceu no discurso das pessoas entrevistadas foi o financeiro, embora sejam remunerados pelo projeto, o salário recebido não caracteriza-se como um fator relevante no processo de produção de sentido em face da participação social. Essa condição pode ser observada no discurso da entrevistada Y.

[...]o salário que a gente recebe, a gente recebe porque tem família, mas acho que a gente tem muitos ganhos maiores (Entrevistada Y).

Nesta perspectiva, a condição financeira se reduz em detrimento das possibilidades de aprendizados, destacado pelas duas pessoas entrevistadas como sendo uma condição importante para seu desenvolvimento pessoal, assim como, para sua participação social em vista das atividades realizadas pelo projeto “Revolução dos Baldinhos”.

Eu aprendi foi as reuniões que a gente fazia, porque as pessoas antigas estavam junto e a gente aprendeu bastante coisa, a gente aprendeu a falar com as famílias, a gente aprendeu a falar com a comunidade, como a comunidade é, como respeita a comunidade né, [...].

[...] Que importante é falar, chegar conversar e falar né, e que tem gente que fala de outro jeito, já chega e fala mais grosso, mas a gente aprendeu isso aí, falar certinho com a comunidade (Entrevistada X).

Assim sendo, a aprendizagem não limita-se a condições técnicas, inerentes as atividades executadas na “Revolução dos Baldinhos”. Neste caso, pode-se compreender que a socialização entre os membros da Revolução dos Baldinhos potencializou ações capazes de enfrentar as dificuldades em manter o projeto em andamento (SAWAIA, 1997). O discurso da entrevistada Y representa esse momento

[...] eu aprendi várias coisas, eu aprendi que a união faz a força, que às vezes as dificuldades vêm, mas quando se fecha uma porta é porque duas, três vão se abrir.

[...] É, aprendi que a amizade, os amigos, os parceiros que a gente consegue, através de quando a gente faz um gesto simples, mas quando a gente faz com carinho a gente vê bons resultados [...] (Entrevistada Y).

Posto isto, entende-se que o processo de participação social, para as duas pessoas entrevistadas, constitui-se como possibilidade de aprendizagens no contexto do projeto “Revolução dos Baldinhos”, ou seja, há no processo de participação social o sentido que implica em uma condição de aprender, não apenas a atividade técnica, mas, também em prol do desenvolvimento pessoal de cada participante. Neste contexto, verifica-se o direcionamento das atividades comunitárias e os resultados obtidos por meio destas atividades na relação entre as pessoas entrevistadas e a comunidade. Estes aspectos podem ser observados do seguinte modo:

[...] sempre dá pra ver o resultado daquilo que a gente plantou e se a gente cultivar e souber cuidar a gente vê um resultado bem maior lá na frente. E também não adianta a gente querer dar o passo maior do que a perna, a gente querer ser egoísta e querer só pra si, porque não adianta tu se beneficiar só a si próprio, tens que pensar num conjunto (Entrevista Y).

[...] tu até pode ficar trabalhando sozinho durante um tempo, mas chega um tempo que você precisa de alguém do teu lado pra te ajudar a pensar, pra te ajudar a fazer alguma coisa. Então eu, a minha visão de revolução não é de revolucionar apenas pra mim é revolucionar pra mim e pro conjunto de pessoas [...] (Entrevistada Y).

A atividade comunitária direciona-se para a comunidade, neste caso, o sentido mediado por essa atividade comunitária diz respeito ao âmbito coletivo da atividade singular. Ou seja, o sentido da participação social constitui-se entre o bem-estar coletivo e o prazer pessoal, pois “ninguém é motivado por interesses coletivos abstratos, em contrapartida, não se pode exigir que a pessoa abandone a esfera individual da busca por felicidade” (SAWAIA, 1997, p.155).

Por fim, conclui-se que a participação social no contexto da “Revolução dos Baldinhos” não pode ser considerada um processo exclusivamente racional, ou seja, nem sempre a crítica social e o avanço do conhecimento da legislação resulta em poder para a ação em favor de si e do outro (SAWAIA, 1997). Nesta perspectiva, identificou-se que participar socialmente envolve condições subjetivas, os sentidos, que apareceram na condição de afeto ao processo de participação social, como destaca Sawaia (1994, p.151) “em última instância, toda ação coletiva é vivida como necessidade do eu – nada pode ser social sem ser ao mesmo tempo individual. Portanto, é nos sujeitos individuais que as carências coletivas tem morada”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de participação social constitui-se em face das mediações que envolvem a condição de tornar-se partícipe e os sentidos produzidos a partir da participação social, em uma relação dialética na qual o participante criou e modificou objetos ou fatos em que participa e ao fazer, também foi modificado. Assim, ao relacionarem-se com o mundo e com as pessoas do lugar onde vivem, as duas participantes da pesquisa construíram e constroem seus processos participativos por meio de interações mediadas por diversas relações intra e interpessoais. Portanto, conclui-se que o processo de participação social, neste estudo, não se constituiu de forma imediata, participar socialmente caracteriza-se enquanto processo constituído por meio de mediações sociais. Assim, a atividade comunitária, enquanto uma atividade humana, proporcionou as pessoas entrevistadas transformar à natureza da qual elas fazem parte, assim como, permitiu a cada entrevistada conferir sentidos ao seu processo de participação social (PINO, 2000).

A dimensão subjetiva da participação social, constitui-se por meio dos sentidos, ou seja, a atividade comunitária em seu contexto coletivo apresentou-se como processo de significação da realidade e, por conta disto, no contexto singular como produtora de sentido. Portanto, os significados a partir da atividade comunitária, caracterizaram-se como pilares que

deram sustentação para os sentidos atribuídos a participação social. Desta forma, entende-se que os sentidos configuram-se como mediação para o processo de participação social, demonstrando, assim, a relação dialética existente entre o processo de mediação e os sentidos atribuídos a partir deste processo, a medida que os sentidos podem potencializar ou inviabilizar a constituição de pessoas partícipes. No caso das pessoas entrevistadas, os sentidos constituíram-se como mediações que potencializaram a participação social.

A participação social, a partir do presente estudo, mostrou-se um fenômeno complexo, envolvendo diferentes contingências na construção da pessoa partícipe. Deu-se ênfase na dimensão subjetiva deste fenômeno, pois, "imaginar que o sujeito é constituído subjetivamente é a única maneira de representarmos, na integridade de sua ação específica, a multiplicidade de sentidos subjetivos que o definem como sujeito social e pessoal" (REY, 2003, p.14). Neste sentido, estudos que destaquem a dimensão subjetiva da participação social podem auxiliar na explicação das ações e das falas individuais e coletivas.

Sobre o projeto comunitário "Revolução dos Baldinhos", trata-se de uma experiência positiva, no sentido que solucionou a epidemia de leptospirose e, proporcionou para a comunidade espaços de transformações sociais, a medida que a atividade comunitária constituiu mediações para além da resolução do problema objetivo, a leptospirose.

Por fim, destaca-se que a metodologia escolhida, proporcionou uma análise dinâmica do fenômeno estudado (SPINK, 2013). Portanto, compreende-se que a metodologia escolhida em face do fenômeno estudado, proporcionou ao pesquisador um olhar amplo e aprofundado no que tange a complexidade dos dados, bem como do tema pesquisado, possibilitando, assim, destacar questões relevantes para a compreensão do fenômeno estudado.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcos José. Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), Capital Social e Agricultura Urbana. **Dissertação, Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- ALEXANDER. J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n. 37, 1998.
- ANDRADE A.N., MORATO H.T.P. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estud. Psicol.** v.9 n.2 p.345-53.
- ALONSO, Luiza Klein. "Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social". In: SPINK. M. Jane. (Org.) **A cidadania em construção uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo. Cortez. 1994.
- ALVES, M. C. **O Crescimento urbano de Florianópolis no contexto da modernização agrícola: O caso da prática de agricultura urbana na comunidade Chico Mendes, Florianópolis–SC** UFSC, 2009. (Tese de Graduação do curso de Geografia).
- AMMAN, Z. B. **Participação Social**. São Paulo: Cortez, 1978.
- MORATO, H. T. P.; ANDRADE, A. N. A dimensão ética (e moral) das práticas institucionais. **Estudos de Psicologia** UFRN, Natal, v. 09, nº 02, p. 345-353, 2004.
- BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 1993
- CANELLA, F. Novos parâmetros da ação coletiva numa localidade do bairro Monte Cristo – Florianópolis (2005-2010). **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 14, n.27. jul./dez. , 2013. p. 242 – 270.
- CEPAGRO. **Relatório Institucional Anual. Relatório**. Florianópolis, 2013.
- BEZERRA, A. B. C. et. al. Participação Social e Educação Ambiental: em Busca da Emancipação Cidadã. **DA ANPPAS, III Encontro**, 2006.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.
- DOIMO, A.M. **Movimentos Sociais e Participação Política: a problemática contemporânea da ação-direta**. Em: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Orgs.), Estudos sobre comportamento político. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- Groff, A.; Maheirie, K. & Prim, L. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Revista Psicologia Política**, 9(17), 113-128, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, M. C. R. e CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **ProPosições**, 17, 31-45, 2006.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47. pp. 333-512. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GÓIS, C.W. de L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo, Hucitec. 2008.

GÓIS, C.W. de L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo, Thomson. 2003.

GOMES, Marcela de Andrade. **Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GOMES, M. A e MAHEIRIE K. Passe livre já: participação política e constituição do sujeito. **Psicologia Política**, v.11, n22, pp.359-575, 2011.

GOSS, K.P. **Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GUARESCHI, P. Relações comunitárias - relações de dominação. In R. H. F. CAMPOS (org), **Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia**. (pp. 81-99). Petrópolis: Vozes, 1996.

JESUS J. G. de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e Saber social**, v.1, n.2, pp.163-186, 2012.

LIMA, D. J. “Só Sangue Bom” Construção de saberes e resistência cultural como expressão do protagonismo juvenil. 2003. **Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2003.

LÓPEZ, Laura Cecilia. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai. Considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, n. 14, pp. 40-65, 2013.

MAHEIRIE, K. Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais. Em: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Orgs.), **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

MESQUITA, M.R. e OLIVEIRA, A.M. Juventudes, movimentos e culturas: A participação política de jovens na cidade de Maceió. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, pp. 379-387, 2013.

MIRANDA, R. **Habitação Popular e Favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José**. Florianópolis, outubro de 2001.

MONTERO, M. **La Participación: significado, alcances y limites**. In E. Hernandez (Coord). Participación: âmbitos, retos y perspectiva (pp. 7-21). Caracas. CESAP, 1996.

NEPOMUCENO, Léo Barbosa et al. Participação Social em Saúde: Contribuições da Psicologia Comunitária. **Psico**, v. 44, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**, 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

PETERSEN, F.; DE SOUZA, T. G.; DE ARARIPE LOPES, A. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, 2014.

PINO, A. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Revista Educação e Sociedade**, 21(71), 45-78, 2000.

SALVARO, G. I. J.; DE OLIVEIRA E. D.; FELIPE, D. F. Mulheres em Cooperativas Rurais Virtuais: Reflexões Sobre Gênero e Subjetividade. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014.

SALVARO, G.I.J.; DE SOUZA LAGO, M.C e WOLFF, C.S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, pp. 51-70, 2014.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**; 21(3), 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia**. p. 35-43. Petrópolis: Vozes, 2002,

SAWAIA, Bader B. **Participação social e subjetividade**. In: SPOSATI et all. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. SP: EDUC, 2001.

SAWAIA, B. B. A legitimidade subjetiva no processo de participação social. Em Leoncio Camino et. al. (Orgs.), **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

SAWAIA, B. B. Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial. In M. J. P. Spink (Org.), **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. p. 147-156. São Paulo: Cortez. 1994.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v.21 n.1, pp.109-130, 2006.

SPINK, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Ano da última edição: 2004, Editora Cortez.

SPINK, M.J.P e GIMENES, M.G.G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, pp. 149-171, 1994.

TONELLI, Maria J. Produção de sentidos. **RAP**, Fórum II EnEO, v.37, p.33-50, jan.-fev.2003.

VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina. (Orgs.) Apresentação. In: **Mediação, cultura a política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.-9-11.

VERONEZI, R., DAMACENO, B., & FERNANDES, Y. Funções psicológicas superiores – origem social e natureza mediada. **Revista Ciências Médicas**, 14(6), 537-541, 2005.

VIEIRA, E.M.; XIMENES, V. M. Atividade comunitária e conscientização: uma investigação a partir da participação social. **Barbarói**, n. 36, p. 91-112, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

XIMENES, V. M. & BARROS, J. P. P. Perspectiva histórico-cultural: que contribuições teórico-metodológicas pode dar à práxis do psicólogo comunitário? **Psicologia Argumento**, 27, 65-76, 2009.

XIMENES, V.M.; PAULA, L.R.C.; BARROS, J.P.P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.29, n.4, p. 686-699, 2009.

ZANGELMI, A.J. Mediações nos movimentos sociais: incitando transformações sociais e políticas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 12, n. 101, p. 109-127, 2011.

ZANOLLA S.R.S. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicol Soc.** 2012, 24(1) p. 5-14, 2012.